Dois Cônsules de Sua Majestade Imperial em Luanda (1822-1861)



USP UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor Carlos Gilberto Carlotti Junior
Vice-reitora Maria Arminda do Nascimento Arruda

edusp EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Diretor-presidente Sergio Miceli Pessôa de Barros

COMISSÃO EDITORIAL

Presidente Rubens Ricupero
Vice-presidente Maria Angela Faggin Pereira Leite
Clodoaldo Grotta Ragazzo
Laura Janina Hosiasson
Merari de Fátima Ramires Ferrari
Miguel Soares Palmeira
Rubens Luis Ribeiro Machado Júnior
Suplentes Marta Maria Geraldes Teixeira
Primavera Borelli Garcia
Sandra Reimão

Editora-assistente Carla Fernanda Fontana
Chefe Div. Editorial Cristiane Silvestrin

Dois Cônsules de Sua Majestade Imperial em Luanda (1822-1861)

Relações Brasil-Angola, de Rui Germack Possolo a Saturnino de Sousa e Oliveira

Gilberto da Silva Guizelin

edusp

Copyright © 2022 by Gilberto da Silva Guizelin

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Guizelin, Gilberto da Silva
Dois Cônsules de Sua Majestade Imperial em Luanda (1822--1861): Relações Brasil-Angola, de Rui Germack Possolo a Saturnino de Sousa e Oliveira / Gilberto da Silva Guizelin. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2022.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5785-059-6

1. Angola – Relações internacionais – Brasil. 2. Brasil – História – Império. 3. Brasil – Relações internacionais – Angola. 4. Tráfico de escravos – História. I. Título.

22-104538 CDD-981.04

Índice para catálogo sistemático:
1. Brasil-Angola: Relações internacionais: História 981.04

Eliete Marques da Silva – Bibliotecária – CRB-8/9380

Direitos reservados à

Edusp – Editora da Universidade de São Paulo
Rua da Praça do Relógio, 109-A, Cidade Universitária
05508-050 – São Paulo – SP – Brasil
Divisão Comercial: tel. (11) 3091-4008 / 3091-4150
www.edusp.com.br – e-mail: edusp@usp.br

Printed in Brazil 2022

Foi feito o depósito legal

Para minha mãe, dona Maria, e para meu mestre-amigo José Miguel Arias Neto.

Sumário

Prefácio 11
Agradecimentos 15
Lista de Tabelas, Quadros e Figuras 19
Introdução 21

Parte I. Relações Brasil-Angola nos Anos Seguintes à Independência do Império 37
1. O Reconhecimento Vindo de Angola 39
2. Um Cônsul da "Nação Brasileira" para Angola 85
3. A Missão de Rui Germack Possolo 119

Parte II. Relações Brasil-Angola entre a Ilegalização e a Abolição do Tráfico Transatlântico de Escravos 165
4. A Reabertura do Consulado do Brasil em Angola: O Longo Caminho 167
5. Procura-se um Novo Cônsul para Angola 207
6. A Missão de Saturnino de Sousa e Oliveira 249

Epílogo: O Ocaso da Preeminência Brasílica em Angola 301
Fontes 315

Prefácio

Ao contrário do belo livro de autoria de Gilberto da Silva Guizelin que agora vem à luz, a história das relações entre Angola e Brasil nem sempre foi contada de uma forma que abarcasse satisfatoriamente o caráter multifacetado dos laços transoceânicos no Atlântico Sul português. A ênfase sempre foi nos laços econômicos, e não é difícil entender o porquê. No eixo Angola-Brasil, ainda no século XVII, Portugal encontrou uma saída para a decadência do chamado Estado da Índia, as regiões que se estendiam da África Oriental ao Japão, que havia sido o esteio principal do apogeu imperial lusitano no século XVI.

Se o Brasil foi, de um lado, o destino de mais ou menos metade das vítimas do tráfico, Angola foi, de outro, o repositório principal de mão de obra escrava para a construção do Brasil. Como disse o padre Antônio Vieira, "sem Angola não há escravos, sem escravos não há açúcar, sem açúcar não há Brasil". A natureza econômica da relação é patente se considerarmos que boa parte dos fundos que alimentavam o tráfico angolano era de origem brasileira, na forma de produtos como cachaça, pólvora e armas, ou panos indianos que chegavam a Luanda via Salvador ou Rio de Janeiro. Muitos dos navios usados no transporte de escravizados pertenciam a negociantes brasileiros. Quando não se instalavam eles próprios em Luanda e Benguela, estes enviavam agentes comerciais para o outro lado do Atlântico ou contratavam negociantes locais para servirem como seus prepostos.

No entanto, os circuitos do Atlântico Sul tinham natureza não só econômica como também administrativa, religiosa e militar. A carreira de membros do aparato administrativo imperial português às vezes se estendia do Brasil a Angola, e vice-versa. A rotatividade valia também para o aparato religioso, já que não só missionários como também membros do clero regular de Angola eram às vezes formados no Brasil. No âmbito militar, seria impossível entender a consolidação da presença lusitana na África Central sem considerar o recrutamento de soldados do Brasil, no século XVII. Na expedição que partiu de Luanda para expulsar os franceses de Cabinda, em fins do século XVIII, constavam tropas que haviam sido arregimentadas no Rio de Janeiro, mais uma vez demonstrando a importância dos circuitos não econômicos do Atlântico Sul lusitano.

Nesse mundo marcado por circuitos diversos, não surpreende, portanto, que chefias africanas de Cabinda enviassem seus filhos para serem educados no Rio de Janeiro, no início do século XIX. Até o começo da revolução escrava de São Domingos, em 1791, Cabinda gravitava na órbita francesa – a maioria dos cativos embarcados de lá ia para o Caribe francês. Mas o colapso francês depois da revolução escrava criaria um vácuo ocupado por traficantes de escravos do Rio de Janeiro, reorientando as redes do tráfico de Cabinda para o Brasil. Daí o envio de Francisco Franque e Manuel Puna, dois nobres africanos educados em terras brasileiras, para o Rio de Janeiro. Nesse caso, houve uma justaposição de laços econômicos e culturais.

É com base nesse pano de fundo – de trocas multifacetadas no Atlântico Sul – que o livro de Guizelin precisa ser entendido. A ênfase no período imediatamente posterior à Revolução Liberal do Porto e à Independência do Brasil, dois eventos que transformaram o mundo luso-afro-brasileiro no Atlântico Sul, é de suma importância. A revolução iniciada na cidade do Porto não apenas reformou as bases institucionais do Império Português, pondo fim ao absolutismo monárquico lusitano, como também deu voz a clamores pela recolonização do Brasil, gerando embates que não se restringiam apenas ao Brasil e a Portugal. Em Angola, o jogo político e militar da Independência do Brasil era acompanhado da mais absoluta atenção, pois se sabia que ali estavam também sendo jogados os interesses da colônia africana.

O resultado da Independência do Brasil foi um redirecionamento da geopolítica imperial portuguesa em direção ao continente africano. Não por acaso, Portugal fez questão de incluir uma cláusula no tratado de reconhecimento da independência brasileira, assinado em 1825 com intermediação britânica, que obrigava o Brasil a abdicar de pretensões sobre as colônias lusitanas na

África. Era uma precaução mais do que justificada, diante das relações umbilicais entre o nascente Estado-nação e as possessões africanas de Portugal. Os receios maiores recaíam sobre Angola, onde grupos simpatizantes da causa independentista brasileira se organizavam nos enclaves costeiros de Luanda e Benguela. De Benguela, uma petição assinada por 55 negociantes de grosso trato seria publicada na *Gazeta do Rio*, porta-voz oficial do governo independentista. Para impedir o êxito dos secessionistas, Portugal teve de enviar um batalhão com cerca de quatrocentos soldados.

Como Guizelin habilmente analisa, o tratado de reconhecimento da Independência não impediu que o Brasil enviasse um cônsul para Luanda, Rui Germack Possolo, numa afronta a Portugal, pois o diplomata brasileiro se instalou na capital de Angola sem primeiro obter um exequátur do governo português. O incidente deixaria marcas. Três décadas após a estadia de Possolo em Luanda, Portugal ainda relutava em permitir a reabertura do Consulado brasileiro. Apesar de vários pedidos oficiais brasileiros, este só voltaria a funcionar em finais da década de 1850, o que daria margem ao que talvez tenha se constituído no último suspiro da diplomacia africanista do Brasil no século XIX.

As suspeições portuguesas não eram descabidas. Entre a criação do primeiro e o segundo Consulado brasileiro, Angola se manteve firmemente conectada ao Brasil por laços sociais, econômicos e até familiares. Nada mudou depois da Independência do Brasil. Pelo contrário, tanto em Luanda como em Benguela, as elites locais enviavam os filhos para serem educados no Brasil, investiam recursos derivados do tráfico em cidades brasileiras e atravessavam o Atlântico em busca de tratamento médico. Em outras palavras, muito mais que Portugal, o Brasil ainda continuava sendo a principal referência socioeconômica e cultural da colônia africana.

A situação tinha relação direta com o tráfico de escravizados – que continuava a pleno vapor apesar de leis antitráfico dos governos brasileiro (1831) e português (1836) – e com o surgimento de um nativismo político e cultural angolense que se nutria de relações culturais e sociais com o Brasil. Por meio de jornais brasileiros, alguns dos quais circulavam com regularidade em Luanda e Benguela, membros da elite angolense seguiam notícias políticas do Brasil. E mais: em reuniões secretas de clubes políticos em Luanda e Benguela, enxergavam no exemplo do Brasil independente um possível futuro para Angola, sem domínio lusitano. Tratava-se de um sentimento que encontrava expressão na produção de literatos angolanos como José da Silva Maia Ferreira, que tinha sido educado no Brasil.

Tanto quanto a afeição ao Brasil, o nativismo angolense tinha como marca distinta uma crítica direta a um colonialismo lusitano então em pleno processo de enrijecimento. O que causava a oposição a Portugal? A audácia metropolitana de combater o tráfico atlântico de escravizados, que trazia riqueza para os grupos crioulos de Luanda e Benguela às custas do sofrimento dos africanos escravizados. A oposição chegou ao ponto de colocar em xeque o poder de governadores de Angola que ousaram implementar leis antitráfico portuguesas. Em grande medida, portanto, os angolenses partilhavam os valores das elites brasileiras, pois não conseguiam enxergar o mundo sem o tráfico de escravizados e a escravidão.

O nativismo angolense era igualmente uma resposta às tentativas de introduzir noções mais rígidas de classificação racial por parte do poder colonial. Além de serem alijados de cargos administrativos na colônia, agora ocupados pelos reinóis, os angolenses se viam destituídos da branquitude antes alcançada pelo domínio da língua portuguesa, da adesão à religião católica e da riqueza e do prestígio social. Na nova ordem que Portugal tentava introduzir, ser branco e ser europeu eram condições *sine qua non* para ser membro da elite colonial de Angola. A ambiguidade que antes prevalecia, na qual a riqueza material podia embranquecer um indivíduo, já não mais funcionava tão facilmente.

O livro de Guizelin adiciona elementos fundamentais para entender melhor esse contexto, pois enfatiza dimensões que nunca tinham sido devidamente escrutinadas. De maneira fascinante, lança novas luzes ao esforço antitráfico do cônsul brasileiro Saturnino de Sousa e Oliveira, que havia sido editor do periódico abolicionista *O Philanthropo*, do Rio de Janeiro, e que se engaja na luta antitráfico logo depois de chegar a Luanda. Revela tentativas de recriar os laços entre Angola e Brasil, não mais tendo como base o tráfico de escravizados, mas o chamado comércio lícito. Personagens esquecidos são trazidos à tona numa narrativa fluida e envolvente. Trata-se de um triunfo da historiografia sobre o nexo Angola-Brasil.

Roquinaldo Ferreira
Henry Charles Lea Professorship in History
University of Pennsylvania

Agradecimentos

Este livro é uma versão revisada e ligeiramente modificada e ampliada de minha tese de doutorado *Depois dos Navios Negreiros: A Criação do Consulado Brasileiro em Luanda e as Relações do Império com a Colônia Portuguesa de Angola, 1822-1860*. Ela foi apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista, *campus* de Franca, em junho de 2016.

O lapso de tempo entre a defesa da versão original e a publicação da versão ora apresentada foi fundamental por duas razões. Primeiro, por permitir-me recuperar ou redefinir meu distanciamento como historiador do objeto investigado, após cinco anos de intensos trabalhos e de aproximação com ele. Isso depurou minha leitura sobre o objeto, seu passado, bem como sobre as fontes arroladas e, por conseguinte, sobre meu texto apresentado àquela altura. Encontrei-me, assim, muito mais disposto quer para ampliar a discussão de algumas passagens, quer para subtrair outras do próprio texto. Segundo, por permitir-me incluir novos documentos e dados que ficaram de fora do trabalho anterior, tenha sido por falta de tempo à época para analisá-los a contento, tenha sido por desconhecimento da existência de tais informações naquele momento. Obviamente, não foi possível solucionar todas as lacunas, falhas e imprecisões do texto primário. De qualquer modo, estou certo de que o escrito que agora vem a público em formato de livro encontra-se mais bem construído e finalizado que o anterior.

Seja como for, ambas as versões não teriam sido possíveis sem o apoio de pessoas diletas e de instituições várias, às quais gostaria de aproveitar este espaço para externar meus mais profundos e sinceros agradecimentos. Começo por agradecer ao professor Samuel Alves Soares, do Departamento de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista, em Franca, cuja atenta e prestimosa orientação durante meu doutoramento foi fundamental para a concretização de todas as etapas da pesquisa, especialmente por dividir comigo seu *know-how* sobre o campo de investigação das relações internacionais, área com que o livro busca dialogar. Estendo meus agradecimentos ao professor Nuno Gonçalo Monteiro, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, em Portugal, que gentilmente me acolheu naquela instituição entre setembro de 2013 e maio de 2014, guiando-me pelos arquivos portugueses. Também agradeço aos professores que constituíram a banca de avaliação do texto original: Marisa Saenz Leme e Teresa Maria Malatian, ambas do Departamento de História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista, em Franca; José Flávio Sombra Saraiva, do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília; e Roquinaldo Ferreira, à época professor da Brow University e hoje professor da University of Pennsylvania, ambas nos Estados Unidos, que gentilmente aceitou o convite para prefaciar esta publicação. Nesse momento, eles recomendaram a publicação da tese em formato de livro, contribuindo criticamente para esse fim com valiosos comentários e sugestões de linguagem, conteúdo, bibliografia e documentos.

A realização da pesquisa para este livro não teria sido possível sem o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, subordinada ao Ministério da Educação, que me concedeu seis meses de bolsa de estudos por meio de seu Programa de Demanda Social, que apoia discentes dos programas de pós-graduação *stricto sensu* do país. Da mesma maneira, não ocorreria sem o valioso patrocínio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, que no período de outubro de 2012 a maio de 2016 me contemplou com duas bolsas de estudos, uma na modalidade de bolsa regular de doutorado no país (processo n. 2012/12755--3) e outra na modalidade de bolsa de estágio de pesquisa no exterior (processo n. 2013/04782-3). Deixo registrada aqui minha gratidão a essas duas importantes agências de fomento à pesquisa científica no Brasil. Ademais, gostaria de agradecer a proveitosa colaboração prestada pelo assessor *ad hoc* convidado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

para acompanhar o desenvolvimento do trabalho, cujos pareceres muitas vezes me chamaram a atenção para caminhos e soluções antes impensáveis.

Devo também muitos agradecimentos aos arquivistas, estagiários e demais funcionários dos arquivos, bibliotecas e instituições de pesquisa e ensino superior do Brasil e de Portugal, por onde transitei durante a realização da pesquisa. Entre os arquivos brasileiros, foram consultados: em Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty; no Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Real Gabinete Português de Leitura; em Franca, Universidade Estadual Paulista. As instituições portuguesas, localizadas em Lisboa, em que foram feitas pesquisas foram: Arquivo Nacional Torre do Tombo; Arquivo Histórico Ultramarino; Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros; Biblioteca Nacional de Portugal; Instituto de Ciências Sociais e Faculdade de Letras, ambos da Universidade de Lisboa.

Por fim, gostaria de deixar registrado um agradecimento especial a Frederico Antonio Ferreira, por todas as vezes que me ciceroneou em minhas idas e vindas ao Arquivo Histórico do Itamaraty e com quem compartilho da fascinação tanto pela trajetória de Saturnino de Sousa e Oliveira como pelas relações históricas e longínquas do Brasil com o continente africano; e a Sirlene Maria Marcolino, estimada amiga que gentilmente pontuou as falhas gramaticais e de linguagem cometidas aqui e ali no texto.

Lista de Tabelas, Quadros e Figuras

Tabelas

Tabela 2.1 – Estimativas da exportação de escravos da região Congo-Angola para o Brasil (1808-1825) 110

Tabela 2.2 – Fazendas, gêneros e outros objetos importados por Angola (1823) 113

Tabela 2.3 – Gêneros agrícolas exportados de Angola para o Brasil (1823) 114

Quadro

Quadro 1.1 – Governadores-gerais de Angola (1648-1825) 45

Figuras

Figura 1.1 – [Eusébio de Queirós], *Manifesto Anônimo (porém Creditado a Eusébio de Queirós) aos Habitantes de Angola e Benguela*, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1822 53

Figura 1.2 – Páginas do periódico *Correio do Rio de Janeiro*, n. 57, 20 jun. 1822 .. 62

Figura 1.3 – Páginas do periódico oficial *Gazeta do Rio*, n. 120, 5 out. 1822 70

Figura 3.1 – Mapa de Angola, 1808-1830 123

Figura 3.2 – Domingos António de Sequeira, *Pai de Dous Povos, em Dous Mundos Grandes*, 1824, gravura, 53,0 × 36,8 cm 133

Figura 3.3 – Detalhe de ofício de 24 de fevereiro de 1827 com a assinatura do cônsul brasileiro em sua grafia original: Ruy Germack Possollo 163

Figura 5.1 – *Esboço da Planta da Cidade de S. Paulo de Loanda* (detalhe), *c.* 1926, planta, 57,5 × 69,7 cm 211

Figura 5.2 – Lista de artigos de uso exclusivo do Consulado brasileiro em Luanda, [1856?] 213

Figura 5.3 – Frontispício da tese de Saturnino de Sousa e Oliveira, *Algumas Reflexões sobre a Séde das Molestias*, Rio de Janeiro, Typographia do Diario, 1847 244

Figura 5.4 – Páginas do periódico *O Philanthropo*, ano 2, n. 102, 14 mar. 1851. 246

Figura 6.1 – *Cidade de Loanda*, séculos XIX-XX, gravura, 21,2 × 29,0 cm 251

Figura 6.2 – *Mappa dos Reinos de Angola e Benguela*, 1860, litografia, 39,6 × 26,8 cm 256

Figura 6.3 – Promissória de empréstimo contraído pelo cônsul brasileiro Saturnino de Sousa e Oliveira, em Luanda, em 28 de junho de 1861 284

Figura 6.4 – Documento de 1º de junho de 1859 com assinatura do cônsul brasileiro Saturnino de Sousa e Oliveira 298

Figura 6.5 – Frontispício do livro de Saturnino de Sousa e Oliveira, *Relatorio Historico da Epidemia de Variola que Grassou em Loanda em 1864*, Lisboa, Typographia Universal, 1866. 298

Figura 6.6 – Frontispício do livro de Saturnino de Sousa e Oliveira, *Elementos Grammaticaes da Lingua Nbundu*, Luanda, Imprensa do Governo, 1864..... 299

Introdução

Em ofício de 24 de fevereiro de 1857, Inácio José de Morais Júnior, na condição de chanceler, isto é, de funcionário encarregado da chancela de documentos com o Selo Imperial, dava conta a José Maria da Silva Paranhos, futuro visconde do Rio Branco, à época ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, da solenidade que marcou a abertura do Consulado-geral do Império do Brasil em solo angolano.

Segundo relatado na ocasião por Inácio José de Morais Júnior, "não tendo o Sr. Cônsul", seu xará, Inácio José Nogueira da Gama, "podido desembarcar no dia 1º de Dezembro [de 1856], por [achar-se] incomodado" da longa e penosa viagem marítima até Luanda, resolveu ele tomar a frente nas formalidades de praxe e pedir-lhe "licença para içar na casa destinada para o Consulado o Pavilhão Nacional". Uma vez que Nogueira da Gama ainda não havia se apresentado formalmente ao governo colonial de Angola, não tendo, portanto, entrado oficialmente no exercício de suas funções consulares, Morais Júnior foi instruído a "que suscitasse de V. Ex.ª o Governador-Geral [José Rodrigues Coelho do Amaral] permissão" para a realização de semelhante ato. Ao que foi prontamente atendido e auxiliado pelo administrador maior de Angola, que ordenou ainda "fornecer do Arsenal um mastro, que nesse mesmo dia, e por operários daquele estabelecimento foi levantado no terraço da Casa Consular", acompanhado das Armas do Império fixadas na porta principal da representação. Foi assim que "apareceu no dia 2 [de dezembro de 1856]", comenta Morais Júnior, "pela primeira vez nesta Província arvorada,

em terra, a Bandeira Nacional" do Império Brasileiro[1]. Na verdade, aquela não era a primeira vez que o Pavilhão Imperial brasileiro tremulava em Angola. Como recordou José de Fontes Pereira, redator do jornal angolense *O Pharol do Povo* (1883-1885), tão logo chegaram em Angola notícias da formalização da proclamação da Independência do Brasil, "Benguela abraçou com grande entusiasmo aquela ideia [...] [que] o grande povo daquela cidade secundou aquele estado de coisas, tendo hasteado a bandeira do café e tabaco na fortaleza de S. Felipe"[2]. Mesmo em Luanda, o Pavilhão Imperial já havia sido desfraldado trinta anos antes, quando do funcionamento do Consulado do Brasil entre 1827 e 1828. Mas voltemos ao relato de Morais Júnior.

Como nos dá conta o sobredito ofício, durante a realização daquele ato solene, foi entoado o Hino da Independência por uma banda militar contratada para aquele dia pelo chanceler. "O que foi repetido ao arriar da bandeira" no entardecer. Não deixa de ser curioso que a composição musical escolhida para a solenidade tenha sido a da Independência, tida como hino oficial do regime de dom Pedro I e já em desuso no Império desde a abdicação do próprio em 1831, em vez da composição usada quando da coroação de dom Pedro II, que para todos os efeitos era o hino oficial do Império àquele tempo. De qualquer modo, depois de entoado o hino, conforme prossegue Inácio José de Morais Júnior, a banda militar executou outras "diferentes peças análogas ao ato" até próximo à meia-noite, ao que foi acompanhada por "muitas girândolas de foguetes" lançadas ao céu. A cerimônia, como é de imaginar, atraiu uma multidão de "cavalheiros e senhoras que ali se apresentavam atraídos por tão magnífico espetáculo". Não tardou muito, logo a celebração se espalhou pela cidade, de modo que "ao anoitecer todas as casas dos brasileiros apareceram iluminadas", o que deve ter causado um aspecto agradável àqueles que avistavam a cidade de Luanda desde seus navios estacionados na baía local. E, tal qual acontecia no entrudo, festa popular que precedeu o Carnaval moderno, na qual os foliões costumavam ocupar as vias públicas até altas horas, "a mesma música percorreu as ruas da Cidade Alta [de Luanda], tocando diferentes peças [...] até as 2 horas da noite"; o que constituiu, segundo Morais Júnior, uma "pequena prova do muito amor e veneração [da comunidade brasileira em Luanda] pelo nosso Adorado Monarca, o Senhor Dom Pedro Segundo"[3].

1. Ofício de 24 de fevereiro de 1857 (AHI, 238/02/01).
2. José de F. Pereira, "A Republica a Criar Raizes em Angola", 27 out. 1883.
3. Ofício de 24 de fevereiro de 1857 (AHI, 238/02/01).

LANÇAMENTO 2022

JÁ DISPONÍVEL

LIVRARIA VIRTUAL

www.edusp.com.br/loja

LIVRARIAS

www.edusp.com.br/livrarias

INFORMAÇÕES

Divulgação Edusp

divulga@usp.br

edusp